

JOSÉ CASTRO COELHO

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ANTÓNIO CIPRIANO PINHEIRO

PROFESSOR EMÉRITO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

O regadio e a autossuficiência alimentar

Se em tempos normais é importante para a autoconfiança das populações saber que o seu país é capaz de produzir a maior parte dos seus alimentos, em épocas como a que atravessamos, devida à pandemia, a segurança alimentar ganha uma relevância muito especial. Por isto um dos objetivos nacionais deste Governo (que aliás partilhamos) é o de alcançarmos um grau mínimo de autossuficiência alimentar. O País não pode prescindir de um setor agrícola moderno, sustentável, capaz de aumentar a capacidade produtiva nacional e tender a superar a condição deficitária da nossa balança alimentar. O autoaprovisionamento alimentar do País ronda em média os 85%, sendo que em setores como o vinho, o azeite, hortícolas, carne de porco e frango, leite ou manteiga a situação é muito boa. Mas temos outros, que por condições edafo-climáticas e opções de política económica, em que somos altamente deficitários. No caso dos cereais apenas produzimos 23% do que consumimos, e no caso particular do trigo apenas 5%, o que é claramente abaixo do mínimo aceitável e desejado. Mas outros há para os quais temos boas condições, como o milho de regadio, mas em que ainda só produzimos cerca de 45% do que consumimos.

A Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, e a Agenda da Inovação para a Agricultura 2030, conjugados com o enorme pacote financeiro da União Europeia a que Portugal vai ter acesso, oferecem uma oportunidade única e imperdível para potenciar a capacidade produtiva do País, através de inovação tecnológica e do crescimento de novas atividades.

Para isso, é preciso alavancar os setores tradicionais, como a agricultura, a floresta e o setor agroalimentar, dotando-os com novas valências relacionadas com o turismo, a restauração e a gastronomia e os serviços

territórios rurais e na preservação de bens públicos ambientais. O impacto em termos de emprego e das exportações é inegável. Mas, apesar do setor revelar uma taxa de crescimento das exportações acima das importações, o saldo comercial agroalimentar permanece estruturalmente negativo (-3,8 mil milhões de euros, em 2019).

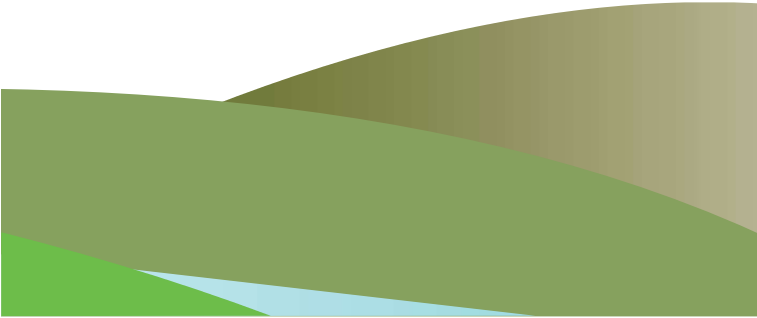
A agricultura pode ser o motor de desenvolvimento e de geração de valor e competitividade para os territórios de baixa densidade, fixando empregos e suprindo uma das mais básicas exigências da vida humana: a alimentação. Para além disso, a gestão integrada dos setores agrícola e florestal é vital para promover a defesa do ambiente e dos ecossistemas, preservar a biodiversidade, combater a desertificação e as alterações climáticas e mitigar o risco de incêndios.

A crise do coronavírus sublinhou a importância de um sistema alimentar sólido e resiliente que funcione em todas as circunstâncias e consiga garantir o acesso a alimentos suficientes a preços acessíveis para os cidadãos. Também nos tornou mais conscientes das inter-relações existentes entre a nossa saúde, os ecossistemas, as cadeias de abastecimento, os padrões de consumo e os limites do planeta.

No âmbito dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, a agricultura disporá de um importante fluxo de financiamento para impulsionar práticas sustentáveis, como a agricultura de precisão, a agroecologia (incluindo a agricultura biológica), a conservação e criação de valores paisagísticos e o armazenamento de carbono nos solos agrícolas.

Considerando o que atrás fica dito sobre o papel do setor agrário, importa destacar aquele que, do nosso ponto de vista, constitui o fator mais restritivo e decisivo para o desempenho futuro da agricultura portuguesa: referimo-nos à água e ao regadio.

>



naturais e ambientais, apoiando-os ao nível da investigação e desenvolvimento tecnológico. Este é também o momento para garantir uma maior eficiência na gestão dos recursos (solo, água, biodiversidade, energia, ...), assegurar a descarbonização dos processos e adotar modelos de economia circular e de cadeias curtas, estabelecendo sinergias entre as empresas agrícolas, florestais, industriais e de distribuição. A economia do presente e, certamente, a do futuro acentua a necessidade de evitar a excessiva dependência do exterior de produtos e bens essenciais, como os bens alimentares, e aconselha a reorientação das cadeias alimentares logísticas e de produção.

As áreas agrícolas e florestais ocupam e gerem a maior parte do território nacional (cerca de 75%), o seu peso no PIB nacional é da ordem dos 4% e o setor agrícola nacional tem vindo a protagonizar uma excelente resposta em termos da modernização dos seus sistemas de produção, na aplicação das novas tecnologias, e isso tem-se refletido de forma muito positiva na produção de alimentos, no desenvolvimento dos

>

Embora haja muitas vezes que se levantam contra o regadio, ele é fundamental para o desenvolvimento das nossas atividades agropecuárias e até florestais (como vêm demonstrando os resultados dos ensaios com sobreiros regados), pelas razões que passamos a apresentar.

Qual a importância e a relevância do regadio para e em Portugal?

A necessidade e imprescindibilidade do regadio em Portugal deve-se às particularidades do nosso clima mediterrânico, que se traduz, entre outras coisas, pela existência de um prolongado período de défice hídrico acentuado, precisamente na época do ano mais favorável à produção primária. Este défice hídrico sazonal pode ser retratado através do cálculo do balanço hídrico de água no solo, que nos indica a existência de um longo período, de abril/maio a setembro/outubro, em que a evapotranspiração real (ET_r) é significativamente inferior à evapotranspiração potencial (ET_p).

Mas existem, ainda, duas outras facetas associadas à variabilidade do défice hídrico, uma de natureza inter-anual e, outra, de natureza territorial ou espacial. Quanto à variação inter-anual da precipitação num determinado local, podemos constatar a existência de variações relativamente à média da ordem entre +/-50% consoante estejamos a falar dos anos mais húmidos ou dos anos mais secos.

Relativamente à variação espacial da precipitação no território de Portugal Continental, podemos constatar a existência de défices hídricos anuais em percentagem (ET_p-ET_r/ET_p) compreendidos entre os 10%, no noroeste, e os 30%, no centro e sul.

Para completar o retrato, acrescentamos que, em termos

futuros, e em função das predições dos modelos que estudam os fenómenos associados às alterações climáticas, espera-se um **agravamento continuado desta situação**, que, genericamente, pode ser traduzido pelas seguintes tendências:

- redução da precipitação total, quer no período de Inverno quer de Primavera;
- redução das afluências por bacia hidrográfica estimadas em 23% a 8%, num horizonte de 25/30 anos;
- agravamento do Índice de Aridez traduzido pela expansão da classe “semiárido” a todo o centro e sul do território;
- evolução previsível de acréscimo das necessidades de água em geral e para a rega em particular.

Neste contexto é importante salientar a importância do regadio em Portugal. De forma concisa, e com base em dados da FENAREG (Federação Nacional de Regantes de Portugal), podemos afirmar que:

- a agricultura é o principal utilizador de água em Portugal, representando, hoje, cerca de 60% dos consumos de todos os setores;
- o regadio representa cerca de 12% da SAU (superfície agrícola útil), 52% das explorações agrícolas portuguesas praticam a rega e são responsáveis por mais de 60% da produção agrícola nacional;
- ao longo das últimas décadas temos assistido a uma evolução tecnológica notável que se traduziu em aumentos da eficiência (+56%) e da produtividade da água (+70%);
- o efeito multiplicador do regadio pode ser aferido pelo facto de, em média, 1 ha de regadio produzir cinco vezes mais do que 1 ha de sequeiro e 11

O País não pode prescindir de um setor agrícola moderno, sustentável, capaz de aumentar a capacidade produtiva nacional e tender a superar a condição deficitária da nossa balança alimentar.

vezes mais do que 1 ha da restante SAU;

- o acréscimo da pressão sobre os recursos, decorrente da expansão e intensificação do regadio em Portugal previsível até 2030, é da ordem de +45% para a energia e +30% para a água.

Em síntese, podemos, pois, afirmar que a agricultura de regadio influi e contribui decisivamente para:

- a segurança alimentar;
- a adoção de novas tecnologias e a produção a preços competitivos;
- a fixação de população e renovação geracional do setor;
- o desenvolvimento rural sustentável e a proteção do ambiente;
- a mitigação das alterações climáticas.

Quais são os principais desafios, objetivos e princípios básicos de uma política da água e do regadio?

Os quatro grandes desafios estratégicos identificados pelo atual Governo são as Alterações Climáticas, as Desi-

gualdades, a Demografia e a Transição Digital. A nosso ver, dificilmente poderemos imaginar outras políticas que sejam tão adequadas como as políticas da água e do regadio para responder simultaneamente àqueles quatro desafios.

Em nossa opinião, os **três grandes objetivos que devemos priorizar numa política da água e do regadio são:**

- 1 Manutenção, conservação e expansão das infraestruturas e tecnologias de captação, armazenamento e distribuição de água para rega, no âmbito do **desenvolvimento de um Grande Sistema Hidráulico Nacional** (GSHN) o que implica a articulação, porosidade, transvases e a revisão dos acordos com a Espanha. Quando falamos de escassez de água devemos considerar duas dimensões: a falta do recurso em si mesma (escassez de primeira ordem); e falta de capacidades/infraestruturas sociais para gerir os recursos hídricos (escassez de segunda ordem). É exatamente desta segunda escassez que Portugal sofre e que um tal sistema contribuirá, decisivamente, para o fortalecimento da garantia de água e aumento da resiliência a fenómenos extremos climáticos.
- 2 Continuar a trajetória de **melhoria da eficiência de uso da água**, e da energia e do azoto que lhe estão associadas, bem como dos respetivos sistemas de monitorização e gestão.

3 Estudar e desenvolver uma **política de preços e tarifários da água competitivos e equilibrados**, tanto do ponto de vista do utilizador como do fornecedor de água. Chamamos ainda a atenção para o facto da viabilização e incorporação de culturas anuais, com menores disposições a pagar pela água, entre as quais as cerealíferas, serem fundamentais para o equilíbrio (económico, social e ambiental) e a biodiversidade dos sistemas de produção agrícola. Sem estas culturas, corremos um sério risco de aumentar, ainda mais, o domínio das culturas permanentes, como o olival, a vinha ou os amendoais. Ora isto deve preocupar-nos triplamente: porque não só reduz a biodiversidade do sistema, como, ao fazê-lo, aumenta muito o risco de excessiva dependência do mercado e diminui, ao implicar uma procura relativamente inelástica de água, a resiliência a um ciclo pronunciado e prolongado de seca.

Quais são as prioridades e os grandes eixos de uma política global de gestão do regadio?

- **Zelar pela manutenção das infraestruturas já existentes** e promover a adesão nos regadios em que a sua taxa é baixa.
- **Desenvolver/Instituir medidas agroambientais que promovam o uso eficiente da água e da energia**, premiando por escalão quem é mais eficiente (e não, necessariamente, quem poupa mais...).
- Privilegiar o **aumento da capacidade de armazenamento das águas superficiais**, através da construção de novos reservatórios/barragens e promover a sua gestão articulada à escala nacional.
- Utilizar **critérios de seleção para a localização dos novos investimentos** em reservatórios e regadios, tendo em consideração o papel essencial do regadio na coesão territorial (económica, social e ambiental).

- Estabelecer **regras de gestão da água armazenada** nestas infraestruturas que reflitam a multiplicidade de fins, criando medidas de prevenção de crises (planos de contingência) e de mitigação das alterações climáticas.

Em suma, dentro do orçamento disponível, devemos dar prioridade a todos os investimentos que, sendo viáveis, concorram para:

- **Reforço e constituição de um verdadeiro Sistema Hidráulico Nacional**, como consequência de uma visão integrada da gestão e do planeamento dos recursos hídricos à escala nacional.
- **O reforço da coesão territorial**. O regadio é um instrumento para melhorar a quantidade, a qualidade e a rentabilidade das produções. Assim, a transformação em regadio e a modernização das zonas regáveis permite fixar/estabelecer a povoação e gerar rendimento e emprego.
- **A melhoria da eficiência de uso da água** (com evidentes reflexos diretos na energia e nos fertilizantes) e a contenção/redução/melhoria dos impactes ambientais. A inovação tecnológica e metodológica, para criação e estimativa de externalidades positivas, são imprescindíveis para a sustentabilidade do setor.

Estas são as grandes linhas de orientação que reputamos como fundamentais para o desenho e concretização das medidas de política em matéria de regadio em Portugal. *

josecoelho@isa.utl.pt
acap@uevora.pt